

O JORNAL NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Alice Ferry de Moraes
Chefe da Divisão de Microrreprodução
Fundação Biblioteca Nacional
Av. Rio Branco 219/39 - Rio de Janeiro, RJ

O jornal é um discurso que tem grande atrativo por expor a realidade e por ajudar a constituir o imaginário social de um grupo, ou seja, a elaborar e definir a imagem do mundo no qual alguém está inserido, dando a essa imagem um significado.

O jornal, ao relatar acontecimentos diários, faz uso de vocabulários e noções já utilizadas para descrever e explicar a experiência comum e lhe dar sentido. O discurso jornalístico é norteado por macrocódigos (que são a língua, a cultura, a ideologia, as regras sociais do seu meio) e os microcódigos (que são os manuais de redação). O relato pressupõe um enunciador e um receptor e um código comum aos dois para que a comunicação se estabeleça. É criado pelo discurso jornalístico uma espécie de contrato de leitura entre ele e o leitor com referências ao suposto saber do leitor para que este identifique rapidamente o conteúdo. De maneira sutil é estabelecido o modo de leitura, que solicita uma compulsão que estrategicamente capta o leitor.

Um dos elementos do contrato de leitura é a hierarquização dos acontecimentos que se dá na diagramação da primeira página, na estrutura do jornal em cadernos, seções e páginas. As ilustrações também fazem parte do contrato de leitura. Os desenhos e gráficos são utilizados de forma didática para tornar compreensível algo que não seja familiar ao leitor ou que substitua, de maneira imaginária, o relato e/ou foto não concretizados. As fotos, com a exposição de imagens, transformam-se em outro discurso sobre o mesmo fato, tão expressivo quanto o próprio texto.

O discurso jornalístico desperta diversos interesses, motivações, necessidades em seus leitores. O conceito de *knowledge gap* estabelece que a informação não gera uma recepção imediata. A recepção está diretamente ligada à esfera do conhecimento e a comunicação com o interesse e competência no assunto. Uma notícia poderá ter diversas leituras, dependendo do grau de conhecimento e interesse do leitor. Aqui está um forte argumento para o uso do jornal por pesquisadores.

O discurso jornalístico atrai pela sua linguagem simples, direta, em função da especificidade de uma temática, de seus virtuais leitores dando características próprias a cada tipo de jornal.

A informação jornalística tem como características a periodicidade, a universalidade e a difusão coletiva sendo acessível àqueles que sabem ler. O jornal é valorizado pelo fato de ser impresso podendo ser guardado para posterior uso. É encontrado em bancas espalhadas por todas as cidades e a baixo custo. Pelo próprio tipo de informação que veicula, ou seja, factual e diária, o jornal acaba sendo, na maioria das vezes, o único meio de informação textual para algumas pessoas e o único meio de informação sobre alguns acontecimentos.

O jornal, como instituição, é um sujeito semiótico com sua individuação estabelecida através de seu estatuto, de seu produto e de sua razão social que, como uma marca, funcionam como sua identificação na sociedade. Seu produto, sob a forma escrita, é parte da cultura de um grupo e seu discurso cumpre o papel de formar e informar a sociedade. O jornal desta forma, é o espelho da sociedade na qual ele esta inserido.

Ele informa, emociona, diverte, agrupa socialmente. Ele é um elemento de interação social e proporciona uma consciência que viabiliza a formação de uma identidade nacional. Os indivíduos utilizam suas informações para organizar sua vida pessoal, para formar opinião, para evitar situações inusitadas, para aumentar seu conhecimento e sua sociabilidade.

O jornal abre espaço para diversas vozes da sociedade, inclusive de determinados segmentos sociais discriminados. Eles aparecem nas páginas de jornais, mesmo sob a forma de vítimas, como é o caso dos meninos de rua, e dos colonos sem terra.

O jornal também é porta-voz do Estado. Este, por sua vez, passa a depender do discurso jornalístico como apoio a seus grandes empreendimentos.

Os meios de comunicação de massa, entre eles o jornal, provocaram alterações no interior da sociedade civil ao modificar as posições dos centros hegemônicos na cultura e expor os pontos fracos do Estado.

As instituições passam a depender do jornal para atuarem com o respaldo da opinião pública por ele formada.

A questão da cidadania está relacionada ao direito à informação. O cidadão procura inserir-se na sua realidade social e o caminho mais fácil e mais rápido é o jornal. Nele, o conhecimento é baseado no senso comum.

A psicologia social trata o senso comum como uma espécie de epistemologia popular. Ele se constitui de imagens e ligações mentais que os seres humanos estabelecem ao deparar-se com fenômenos diários. O senso comum passa a ser um

tipo de conhecimento reconhecido por todos sem a necessidade de estudos. Antigamente o senso comum difundia-se pela oralidade das conversas e narrativas dos mais experientes. Hoje, o jornal é uma das formas de difusão do senso comum, que atua na circularidade entre o senso comum e outros tipos de informação, inclusive a científica, servindo como mediador comunicacional e participando na construção das representações sociais. Dessa forma o jornal ratifica-se em um fenômeno informacional que estabelece a intertextualidade pela linguagem simples e pela circularidade do conhecimento entre as classes sociais.

O jornal supre necessidades informacionais de ordem social e individual não apenas através do relato dos acontecimentos diários mas também através do jornalismo de serviço e o cultural. Ele é um elemento de ligação estratégica entre poder e saber estabelecendo normas de conduta pessoal e hábitos dentro de modelos culturais difundidos através de seu discurso que é eminentemente social.

Todos os dias diversos fatos ocorrem nos mais variados setores de uma sociedade e apenas alguns se transformarão em notícias de jornal eternizando-se desta forma, ou seja, passando a integrar a história daquela sociedade.

A notícia, como principal produto jornalístico e estabelecedor da natureza mercantil do jornal, está diretamente relacionada ao interesse e conseqüente importância dada a ela pelo grupo social ao qual o jornal que a publica está inserido. Ela é o registro escrito de fatos que relatam a vida de uma comunidade ou pessoa de forma singular e imediata. Sua forma escrita, em nossa sociedade, relaciona-se com o conceito de credibilidade e é também um passaporte para a história.

A História Nova trouxe novas técnicas historiográficas e um novo conceito de documento. Passou a ser valorizado o registro cotidiano de pessoas comuns sem que haja exclusividade do relato oficial, ou seja, do poder. O jornal, dentro desse novo enfoque, atinge naturalmente o *status* de documento e o de relator da história cotidiana da sociedade atual.

O jornal, como todo documento, carrega em si as marcas de seu emissor, de seu receptor e da sua forma de materialização como texto. Há os jornais de referência e os populares que diferem na apresentação de seus textos e conteúdos. Estas marcas são representações. Por isso o discurso jornalístico é um instrumento indispensável para a reconstrução de um passado que já foi presente.

Ao tornar público os fatos que se escondiam, ao dissipar segredos oficiais, ao dar voz a testemunhas, ao colocar em debate questões de interesse de um grupo, o jornal tem servido à história e com esse tipo de atuação a imprensa notabilizou-se em casos como o Dreyfuss, Watergate e, recentemente, o impeachment do Collor. A informação jornalística é, portanto, material para a memória de uma sociedade. As notícias publicadas em suas páginas são histórias que criam a História.

O jornal constroi a realidade de forma discursiva utilizando estratégias que resultam na formação da opinião pública como, por exemplo, ao selecionar o que deve ser publicado ou não.

Suas mensagens atingem o imaginário, a opinião e o modo de pensar. A comunicação se efetua através de símbolos (palavras e ícones) que traduzem a cultura, ou seja, a maneira de lidar com o real.

O jornal divulga conhecimento e ideologia e mantém a hegemonia de uma classe. Ele utiliza símbolos que já possuem significados e cria condições para reinterpretá-los segundo códigos ideológicos do processo discursivo. A realidade é mostrada em parte ou negada de acordo com os interesses do jornal.

A função de controle social atribuída ao jornal, desempenhada principalmente pela forma discursiva que é uma forma de poder, é utilizada pelos organismos de controle econômico para sondagem de mercado.

O jornal tem exercido cada vez mais o papel de vigilante do poder constituído, papel esse cobrado pelos próprios vigiados. Na medida em que uma sociedade se articula de forma organizada principalmente política, mais ela exercerá o seu próprio controle incluindo aqui o cidadão comum e o próprio jornal como partes integrantes do meio social.

As instituições da sociedade política, detentoras do poder (Governo, Justiça, etc) vergam-se diante da imprensa. Elas temem não apenas a divulgação de alguma informação que possa alterar sua imagem perante a opinião pública mas principalmente a capacidade que a imprensa tem de expor, diariamente, para um grande número de pessoas, realidades antes acessíveis a grupos especiais e pouco numerosos.

Os avanços tecnológicos facilitam o trabalho jornalístico e, ampliando o espectro de sua atuação, aumentam seu poder. Esse poder desdobra-se e passa a atuar na obtenção de determinadas informações com a colaboração do público leitor que se manifesta através de cartas, de entrevistas, etc

A interreferência do público leitor no jornal deve ser considerada. Embora o jornal imponha uma forma de leitura, ele depende de seu público e isto leva o jornal a viabilizar os anseios deste público. Através das pesquisas de opinião, estatísticas e cartas de leitores, o jornal detecta os desejos da sociedade na qual ele está inserido para atendê-los e assim manter o controle sobre ela.

O jornal divulga normas e valores implícitos e explícitos na sociedade. As leis são expostas, cobradas, discutidas ou criticadas pelo jornal. Ele atua implicitamente na regulagem social ao evidenciar de forma positiva ou negativa, uma maneira de se

comportar socialmente, convenções religiosas, políticas, profissionais e esportivas ou ao exercer juízo de valores com relação a acontecimentos.

O jornal cria ou reforça estereótipos de uma sociedade como, por exemplo, os tocantes à mulher e ao negro. É um paradoxo o jornal ser gestor da coisa pública enquanto representante de interesses privados, estabelecendo uma dissimetria ética.

É inegável que existe manipulação da informação mas não de forma total por parte dos jornais. Eles são produzidos por empresas particulares que, como tal, possuem ligações principalmente econômicas com elementos da sociedade relacionados ao poder e com seus anunciantes responsáveis por 70% dos seus custos.

A manipulação do jornal não só é detectada pelos leitores mas aceita e até procurada. O jornal não se camufla como discurso impoluto e não esconde suas preferências. Ele não provoca surpresa quando toma partido nesta ou naquela questão, defende uma pessoa ou grupo diante de fatos principalmente políticos. O leitor já sabe o que vai ler e por vezes o faz de maneira proposital para reforçar seus ideais ou para verificar a opinião dos adversários na questão. Somente o leitor despreparado pode ser manipulado em suas idéias pelo jornal.

Pesquisadores, por meio da observação atenta dos jornais, podem detectar problemas que atormentam a sociedade e que teriam solução com a aplicação de conhecimentos, por exemplo, da engenharia de transporte, da física, da antropologia. Dessa maneira estariam encurtando o distanciamento existente entre a realidade social e a Universidade. O jornal pode ser uma boa fonte informacional por trazer as questões da sociedade para o âmbito universitário. Aí, também, através da reflexão e da crítica, tanto o saber científico quanto a informação jornalística podem ser avaliados antes de serem absorvidos pela pesquisa.

A pesquisa no contexto da realidade brasileira defronta-se com problemas que contribuem para o empobrecimento dos registros de memória e da cultura do país e refletem na constituição dos acervos das instituições informacionais. É o caso de bibliotecas, centros de documentação e arquivos com acervos incompletos e defasados, organizados ou não, vítimas do descumprimento dos depósitos legais de documentos e com falta de verbas, pessoal e locais próprios para armazenagem, preparo técnico e atendimento.

As dificuldades na obtenção de financiamento de pesquisas também criam entraves aos pesquisadores na compra de publicações e deslocamentos para lugares de realização da pesquisa e acabam por contribuir para o distanciamento entre o pesquisador e a realidade social.

A potencialidade informacional do jornal tem sido muitas vezes utilizada pela pesquisa acadêmica pela multiplicidade de temas apresentada que atende a diversas áreas de conhecimento concomitantemente.

Atendendo à todas essas questões informacionais e econômicas, a microfilmagem é de suma importância para a preservação do jornal, com a fragilidade do papel utilizado na sua impressão. Portanto, o microfilme, associado ao jornal, passa a integrar o quadro de ferramentas mais utilizadas atualmente pelos pesquisadores universitários. As Universidades valorizando a informação jornalística passam a integrá-la nos acervos de suas bibliotecas através de coleções de microfilmes. Desta forma são preenchidas as lacunas dos sistemas informacionais e educacionais do país e a democratização do conhecimento se dá, fortalecendo a cidadania.

As bases de dados de periódicos científicos de texto integral também são produzidas a partir dos microfilmes, tanto *on line* quanto em CD-ROM. As ciências exatas e aplicadas utilizam essas informações no seu dia-a-dia.

O microfilme, mais do que nunca, está presente na vida acadêmica participando da produção do conhecimento seja através da preservação dos tradicionais livros e periódicos científicos ou através do jornal, instrumento de pesquisa cada vez mais adotado e valorizado.